



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

**Gabinete do Prefeito**

**Chefia de Gabinete**

**Superintendência do Gabinete do Prefeito**

**Gerência de Controle de Atos Legislativos**

Av. XV de Novembro, 701, Anexo do Paço Municipal - Bairro Centro, Maringá/PR  
CEP 87013-230, Telefone: (44) 3221-1506 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

**Ofício n.º 4487/2025 - GAPRE**

A Sua Excelência a Senhora

**Majorie Catherine Capdeboscq**

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

Nesta

Senhora Presidente,

Em atenção ao Requerimento n.º 261/2025 (0368183/CMM), apresentado pela Vereadora **Ana Lúcia Rodrigues**, que solicita que informe, relativamente à implementação da Política Municipal de Transição e Substituição das Redes Aéreas de Fiação Elétrica, de Telecomunicações e de Dados por Redes de Fiação Subterrâneas, instituída pela Lei n.º 11.823/2024, o quanto segue:

1 - se a municipalidade já realizou estudos técnicos iniciais sobre a substituição das redes aéreas de fiação para redes subterrâneas. Em caso positivo, envie informações detalhadas sobre esses estudos, bem como se há um mapeamento das áreas onde a infraestrutura subterrânea já está implantada e quais áreas são recomendadas para futuras implantações;

2 - quais estudos técnicos já foram realizados para subsidiar a implantação do projeto e quais ainda estão em andamento;

3 - quais regiões da cidade serão prioritárias na execução do plano, considerando as diretrizes estabelecidas no Art. 5.º da mencionada lei, que apontam áreas de alta densidade urbana e logradouros com alta concentração de carga elétrica;

4 - se existe previsão de orçamento e recursos específicos para a execução das ações, bem como um plano de captação de investimentos ou parcerias para viabilizar a implementação gradativa do projeto;

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (Ipplam) presta os

seguintes esclarecimentos:

A iniciativa para a elaboração de um estudo técnico e econômico, em conformidade com as Leis Municipais n.º 889/2011 e n.º 11.823/2024, encontra-se em andamento, porém enfrenta, no momento, um obstáculo de caráter temporário. O Ipplam deu início à coleta de dados indispensáveis para a análise do tema; contudo foi necessário realocar para outro setor o técnico responsável pelo estudo, o que resultou na interrupção do processo e na paralisação dos estudos preliminares.

Em razão dessa interrupção, questões fundamentais — como o mapeamento das áreas, a priorização de regiões e a avaliação da viabilidade do projeto — não podem, neste momento, ser respondidas com o nível de clareza e segurança necessários. A continuidade do processo está diretamente vinculada à retomada da coleta de dados, que constitui a base para a análise técnica e econômica.

A definição das regiões prioritárias para a execução do plano, conforme as diretrizes estabelecidas na legislação, demanda uma análise técnica consistente e fundamentada em informações concretas, tais como:

- Levantamento de Dados de Densidade Urbana;
- Análise de Dados de Carga Elétrica;
- Cruzamento e Integração de Informações Multissetoriais;
- Validação em Campo das Hipóteses Técnicas.

Do mesmo modo, a elaboração de um orçamento detalhado e de um plano de captação de recursos configura uma das fases mais críticas do estudo econômico, e não pode ser concluída na conjuntura atual. Entre as ações necessárias para o desenvolvimento desse eixo, destacam-se:

- Levantamento Abrangente de Custos;
- Análise de Viabilidade Econômica e Financeira;
- Projeção Orçamentária de Curto, Médio e Longo Prazo;
- Estruturação de Estratégias de Captação de Investimentos.

Portanto, a resposta à questão referente ao orçamento e às fontes de financiamento depende da conclusão integral do estudo, o qual somente poderá avançar após a retomada da coleta de dados.

O projeto de rebaixamento da rede de energia em Maringá representa uma iniciativa estratégica para o município, tanto pelo impacto direto na infraestrutura urbana quanto pelos benefícios indiretos de ordem econômica e social. Registra-se que há profundo interesse por parte da atual gestão em dar continuidade a essa proposta, reconhecendo seu potencial transformador para a paisagem urbana.

A concretização da proposta está condicionada à finalização de um estudo técnico e econômico robusto, capaz de mensurar não apenas os custos de implantação, mas também os ganhos de longo prazo, como: valorização imobiliária, melhoria da paisagem urbana, modernização do espaço público e aumento da confiabilidade do sistema energético.

O êxito da iniciativa, portanto, depende da retomada imediata das etapas de coleta e análise de dados, assegurando as condições técnicas necessárias para justificar o investimento e possibilitar sua implementação de forma planejada, gradativa e sustentável.

Respeitosamente,

Maringá, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Alves Ferreira, Chefe de Gabinete**, em 05/09/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6837475** e o código CRC **BA9DB952**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 25.0.000001638-4

SEI nº 6837475